

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE
PETRÓLEO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com relatório datado em 17 de abril de 2024 contendo opinião com modificação quanto ao reconhecimento extemporâneo do ganho com o crédito tributário (reconhecimento postergado, incluindo os seus efeitos correlatos) e compensação sem a devida habilitação pela RFB - Receita Federal do Brasil naquela oportunidade para o processo ganho referente a "Exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)". Como fato do exercício corrente, o assunto foi submetido a procedimentos de auditoria, e não foram identificados impactos materiais neste conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nossa opinião não está sendo modificada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de abril de 2025.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.574	14.737	67.574	14.737	Empréstimos e financiamentos	14	381.096	168.483	381.096	168.474
Contas a receber	5	157.092	178.161	136.128	156.745	Fornecedores - convênio	14	14.677	63.739	14.677	63.739
Estoques	6	335.226	456.729	335.226	456.742	Fornecedores	15	79.243	212.179	79.254	212.192
Impostos a recuperar	7	100.772	104.209	100.774	104.214	Salários, férias e encargos a pagar		4.592	4.199	4.592	4.207
Adiantamentos a fornecedores	8	268.554	121.027	268.554	121.027	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	32.157	25.551	32.205	25.616
Outros créditos	9	14.037	2.974	14.037	2.974	Adiantamentos de clientes		24.917	47.104	24.927	47.114
		943.255	877.836	922.293	856.439	Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIOs)	17	132.205	50.970	132.205	50.970
						Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	18	21.175	21.725	(84)	8
Não circulante						Dividendos a pagar	20	86.056	85.823	86.056	85.823
Contas a receber	5	27.782	27.782	27.782	27.782	Outras contas a pagar		4.816	24.748	4.818	24.748
Impostos a recuperar	7	13.675	13.675	13.675	13.675			780.934	704.521	759.746	682.891
Partes relacionadas	10	23.712	22.193	23.712	22.193	Não circulante					
Depósitos judiciais	18	22.176	27.534	22.252	27.610	Empréstimos e financiamentos	14	37.659	4.019	37.659	4.019
Tributos diferidos	12	5.161	15.975	5.161	15.975	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	16	18.536	19.752	18.729	19.984
Outros créditos	9	3.000	2.655	3.000	2.655	Provisão para demandas judiciais	19	9.929	21.790	10.172	22.009
Imobilizado	13	157.908	97.812	157.930	97.841			66.124	45.561	66.560	46.012
Intangível		954	1.051	958	1.056	Patrimônio líquido	20				
		254.368	208.675	254.470	208.785	Capital social		150.000	50.000	150.000	50.000
						Reserva de lucros		200.564	286.429	200.564	286.429
								350.564	336.429	350.564	336.429
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(107)	(108)
								350.564	336.429	350.457	336.321
Total do ativo		1.197.623	1.086.511	1.176.763	1.065.224	Total do passivo e patrimônio líquido		1.197.623	1.086.511	1.176.763	1.065.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	11.339.044	9.125.193	11.339.039	9.124.322
Custo dos produtos vendidos	22	(11.054.974)	(8.788.807)	(11.055.028)	(8.787.633)
Lucro bruto		284.070	336.385	284.011	336.689
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas com vendas	22	(8.469)	(13.616)	(8.469)	(13.616)
Despesas administrativas e gerais	22	(109.989)	(82.233)	(110.114)	(82.794)
Resultado de equivalência patrimonial	18	449	(222)	(7)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	27.415	13.751	28.271	14.135
		(90.594)	(82.320)	(90.319)	(82.275)
Resultado antes das receitas financeiras		193.476	254.065	193.692	254.414
Receitas financeiras	24	32.615	141.988	32.620	142.060
Despesas financeiras	24	(65.473)	(52.232)	(65.485)	(52.249)
Variações monetárias	24	(2.534)	(3.268)	(2.553)	(3.597)
		(35.392)	86.487	(35.418)	86.214
Lucro antes dos Imposto de Renda e Contribuição Social		158.084	340.553	158.274	340.628
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12a	(38.243)	(67.786)	(38.433)	(67.861)
Diferido	12b	(10.813)	(2.742)	(10.813)	(2.742)
Lucro líquido do exercício		109.028	270.025	109.028	270.025
Resultado líquido do exercício atribuído aos					
Acionistas não controladores		-	-	1	1
Acionistas controladores		109.028	270.025	109.027	270.024
Lucro líquido do exercício		109.028	270.025	109.028	270.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	109.028	270.025	109.028	270.025
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>109.028</u>	<u>270.025</u>	<u>109.028</u>	<u>270.025</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	109.027	270.024
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	1	1
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>109.028</u>	<u>270.025</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.739	236.757	1.148	-	243.644	(109)	243.535
Distribuição de dividendos complementares	-	(111.947)	-	-	(111.947)	-	(111.947)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	270.025	270.025	1	270.026
Aumento de capital	44.261	(44.261)	-	-	-	-	-
Destinações							
Constituição de reserva legal	-	-	8.852	(8.852)	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(65.293)	(65.293)	-	(65.293)
Constituição de reserva de lucros	-	195.880	-	(195.880)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.000	276.429	10.000	-	336.429	(108)	336.321
Distribuição de dividendos complementares	-	(68.999)	-	-	(68.999)	-	(68.999)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	109.028	109.028	1	109.029
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Destinações							
Constituição de reserva legal	-	-	5.451	(5.451)	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(25.894)	(25.894)	-	(25.894)
Constituição de reserva de lucros	-	77.683	-	(77.683)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	150.000	185.113	15.451	-	350.564	(107)	350.457

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	158.084	340.553	158.274	340.846
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	4.270	4.816	3.575	4.468
Constituição de provisão para perdas com investimentos	(548)	222	(92)	-
(Reversão)/Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(27)	(11)	(27)
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	-	(15)	-	(15)
Constituição de provisão para demandas judiciais	(11.861)	13.514	(11.836)	13.727
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	-	212	10	212
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.243)	(67.786)	(38.433)	(67.861)
Participação de não controladores	-	-	-	-
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	21.080	(44.682)	20.628	(52.859)
Estoques	121.503	(316.106)	121.516	(316.053)
Impostos a recuperar	3.437	21.533	3.440	21.838
Adiantamento para fornecedores	(147.527)	(107.485)	(147.527)	(107.485)
Partes relacionadas	(1.519)	8.757	(1.519)	16.439
Depósitos judiciais	5.358	(17.675)	5.358	(17.675)
Outros créditos	(11.408)	872	(11.409)	653
Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIOS)	81.235	50.970	81.235	50.970
Fornecedores	(181.998)	169.296	(182.000)	169.263
Salários, férias e encargos a pagar	393	898	385	898
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	5.390	(125.281)	5.334	(125.554)
Adiantamento de clientes	(22.187)	41.069	(22.187)	40.996
Outras obrigações	(19.934)	8.977	(19.930)	8.974
Caixa líquido gerado pelas/(usado nas) atividades operacionais	(34.486)	(17.368)	(35.189)	(18.245)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(66.536)	(22.037)	(66.536)	(22.037)
Aquisição/(baixas) de intangível	(227)	2.411	(227)	2.411
Baixa do imobilizado	2.493	1.622	3.196	2.024
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(64.270)	(18.004)	(63.567)	(17.602)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(94.660)	(108.759)	(94.660)	(108.759)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(789.192)	(568.131)	(789.192)	(568.139)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	32.898	(20.041)	32.898	(20.041)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.002.547	738.595	1.002.547	738.597
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	151.593	41.664	151.593	41.658
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	52.837	6.292	52.837	5.811
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	14.737	8.445	14.737	8.926
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	67.574	14.737	67.574	14.737
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	52.837	6.292	52.837	5.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia" ou "Royal Fic") atua na distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais em todo o território nacional. A Companhia opera sob a regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), garantindo a qualidade e conformidade de seus produtos.

Capacidade Total de Armazenamento

A Companhia possui uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 70 milhões de litros de combustíveis, distribuídos em uma rede de bases próprias e de terceiros.

Bases de Armazenamento Próprias:

7 bases próprias, sendo 4 primárias, localizadas em Paulínia/SP, Ribeirão Preto/SP, Senador Canedo/GO e Betim/MG, e 3 secundárias, localizadas em Cuiabá/MT, Campo Grande/MS e São Gonçalo do Sapucaí/MG.

Filiais e Pontos de Distribuição

21 filiais, que incluem bases de distribuição de terceiros e escritórios comerciais, expandindo a capacidade de distribuição e o atendimento aos clientes.

As filiais estão localizadas nos seguintes estados: Bahia (BA), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Tocantins (TO).

Essa estrutura robusta e diversificada permite à Companhia atender às demandas do mercado com eficiência e segurança, assegurando a distribuição de seus produtos em todo o país.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando em um futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 4 de abril de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de preparação

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

(i) Demonstrações Contábeis Individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(ii) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- (iii) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (*'Sale and Leaseback'*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. Essas alterações não tiveram efeito nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As emendas exigem que as entidades forneçam certas informações específicas relacionadas a Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, *Reverse factoring*, *Confirming* e/ou assemelhadas, que envolvam a Companhia e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.

- (iv) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

O IASB emitiu/revisou algumas normas que terão adoção para o exercício de 2025 ou após:

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025.

IFRS 7/CPC 40 (R1) - Divulgação de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.

IFRS 9/CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação: Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS, com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

A Administração da Companhia e sua controlada estão avaliando os impactos práticos que essas novas normas e alterações possam ter em suas Demonstrações Contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- (v) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Administração da Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis conforme detalhado na Nota Explicativa N° 17.

- (vi) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n° 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar n° 214/2025.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do IBS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado;
- Contingências; e
- Investimentos.

c. Uso de julgamentos e estimativas

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

ii) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa baseada na correlação do histórico da Receita Bruta com as perdas lançadas nos últimos 3 anos, essa média é aplicada ao saldo dos clientes a receber na data base do fechamento do exercício.

Nota Explicativa nº12.b - Realização do Imposto de Renda diferido

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados. Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Nota Explicativa nº 13 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

Nota Explicativa nº 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

Nota Explicativa nº 19 - Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas, regulatórios e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota Explicativa nº 3.e - Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

d. Consolidação

i. Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis materiais são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

ii. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados, quando aplicável. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2024, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviário Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

iii. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada para créditos de liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (*impairment*) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

h. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

i. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

j. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

k. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médios de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto.

A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

l. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2021 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2021 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia e sua controlada entendem que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

m. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa nº 13).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

n. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software como ativo intangível. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

o. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

p. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados tampouco divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

A Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (*Valuation Allowance*)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q. Provisão para créditos de descarbonização

Em conformidade com a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), a Companhia possui obrigações legais junto à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para reduzir anualmente as emissões de gases de efeito estufa. As metas de redução são determinadas com base no volume de combustíveis fósseis comercializados pela Companhia no ano anterior, e são expressas em Créditos de Descarbonização (CBIOS). Os CBIOS são ativos negociáveis no mercado, e cada um representa a compensação de uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas de cada ano são publicadas no site da ANP e para a Companhia foi estabelecida para o exercício de 2024 uma meta equivalente à quantidade de 569.407 CBIOS (406.382 CBIOS em 2023).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Embora os prazos para aposentadoria dos CBIOs tenham sido definidos para março de 2024 (ano-base 2023) e dezembro de 2024 (ano-base 2024), a Companhia iniciou uma disputa judicial sobre a metodologia de cálculo dessas obrigações. Como parte dessa ação, foi impetrado um mandado de segurança para cada exercício em discussão, e a Companhia obteve liminar favorável, suspendendo a exigibilidade dos valores contestados até o julgamento final das ações, inclusive, para os exercícios de 2022 e 2023, a Companhia realizou o pagamento de depósitos judiciais nos montantes de R\$ 18.838 mil e R\$ 2.115 mil, respectivamente, e para as metas definidas do exercício de 2024, a Administração da Companhia contratou em 10 de fevereiro de 2025 o seguro garantia com a importância segurada no montante líquido de R\$ 1.755 mil.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social – INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

s. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de revenda de gasolina e diesel, pois estas operações são não tributadas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no Decreto nº 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos Decretos nos 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$ 91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS, e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS. Porém a partir de 01 de dezembro de 2021 com a MP 1.063 convertida em Lei 14.292/2022 determina que na Venda da Gasolina C ou Aditivada a tributação foi fixada para cada metro cúbico em R\$ 23,38 (vinte e três reais e trinta e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para COFINS sobre o percentual de anidro adicionado na mistura que equivale a 27% (vinte e sete por cento), podendo descontar os créditos relativos à aquisição de álcool anidro para adição à gasolina também com a tributação fixada para cada metro cubico em R\$23,38 (vinte e três reais e trinta e oito centavos) para o PIS e R\$ 107,52 (cento e sete reais e cinquenta e dois centavos) para a COFINS. No exercício de 2022 com a Lei Complementar 192 de 11 de março de 2022, no artigo 9, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ficam reduzidas a 0 (zero) até 31 de dezembro de 2022; em 2023, as alíquotas mantiveram-se R\$ 0,00 (zero), embasadas nas MP 1.157/2023 e MP 1.163/2023 no período de 01/01/2023 a 28/06/2023; e no período de 29/06/2023 em virtude da perda da eficácia da MP 1.1163/2023, retornou a tributação conforme o parágrafo 4º C do artigo 5º da Lei nº 9.718/98, e o credito conforme parágrafo 13-A e 14-A do mesmo artigo, concomitante com Art. 2º, Inciso I do Decreto nº 6.573/2008, sendo PIS R\$ 23,38 por metro cubico e COFINS R\$ 107,52 por metro cubico, sobre o anidro adicionado na venda da gasolina e gasolina aditivada e se mantém vigente até a presente data. E para o etanol na mesma data de 29/06/2023 volta a vigorar conforme Lei 9.718/98 parágrafo 4º, inciso II, artigo 5º, concomitante com artigo 2º, inciso II do Decreto nº 6.573/2008, sendo PIS R\$ 19,81 por metro cúbico e COFINS R\$ 91,10 por metro cúbico, porém, neste caso não mantém o direito ao crédito pelas entradas.
- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%; e
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na Rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

t. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

u. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	232.222	4.019	-
Fornecedores	212.179	-	-
Outras contas a pagar	24.748	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	395.773	37.659	-
Fornecedores	79.243	-	-
Outras contas a pagar	4.816	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	232.213	4.019	-
Fornecedores	212.192	-	-
Outras contas a pagar	24.748	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	395.773	37.659	-
Fornecedores	79.254	-	-
Outras contas a pagar	4.818	-	-

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos (Nota 14)	418.755	172.502	418.755	172.493
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(67.574)	(14.737)	(67.574)	(14.737)
Dívida líquida	351.181	157.765	351.181	157.756
Total do patrimônio líquido	350.564	336.433	350.564	336.433
Total do capital	701.745	494.198	701.745	494.189
Índice de alavancagem financeira - %	50%	32%	50%	32%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalência de caixa (Nota 4)	67.574	14.737	67.574	14.737
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber (Nota 5)	184.874	205.942	163.910	184.526
Partes relacionadas (Nota 10)	23.712	22.193	23.712	22.193
Passivo				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 14)	433.432	236.241	433.432	236.232
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	79.243	212.179	79.254	212.192

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

Controladora

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.402	-	-
Aplicações Financeiras	-	10.334	-
Contas a Receber	205.943	-	-
	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	27.646	-	-
Aplicações Financeiras	-	18.535	-
Instrumentos Derivativos	-	21.393	-
Contas a Receber	184.874	-	-

Consolidado

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.403	-	-
Aplicações Financeiras	-	10.334	-
Contas a Receber	184.527	-	-
	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	27.646	-	-
Aplicações Financeiras	-	18.535	-
Instrumentos Derivativos	-	21.393	-
Contas a Receber	163.910	-	-

A Companhia em 2024 utilizou contratos de swap de taxa de câmbio e commodities para proteger o custo de aquisição do óleo diesel importado. Esses contratos permitem a troca de fluxos de caixa, fixando o preço da moeda estrangeira e da commodity em um determinado período, reduzindo a exposição à volatilidade do mercado. Os swaps foram contratados com instituições financeiras de primeira linha, e suas condições foram negociadas de forma a garantir a efetividade do hedge. A Companhia monitora continuamente a performance dos derivativos, avaliando sua aderência à política de gerenciamento de riscos e realizando ajustes quando necessário.

A Companhia em 2024 utilizou pontualmente uma operação de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item e a volatilidade de nosso mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas; e
- Contas a receber - referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

f. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalencia de caixa	67.574	67.574	14.737	14.737
Contas a receber e outros créditos	184.874	184.874	205.942	205.942
Partes relacionadas	23.712	23.712	22.193	22.193
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	433.432	433.432	236.241	236.241

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa, banco conta movimento	27.646	4.403	27.646	4.403
Aplicações Financeiras	18.535	10.334	18.535	10.334
Instrumentos Derivativos	21.393	-	21.393	-
	<u>67.574</u>	<u>14.737</u>	<u>67.574</u>	<u>14.737</u>

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa, contas bancárias, aplicações financeiras de liquidez imediata e instrumentos derivativos.

- Caixa, contas bancárias e aplicações financeiras:
 - ✓ As aplicações financeiras de liquidez imediata incluem aquelas com vencimento de até três meses e baixo risco de variação de valor de mercado.
 - ✓ Os investimentos de curto prazo referem-se a depósitos a prazo e operações de taxa de juros fixas, indexadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%.
 - ✓ O fundo de investimento é composto por cotas de fundos não exclusivos, vinculados a valores mobiliários e operações financeiras com variação mensal indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), buscando rentabilidade entre 96% e 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo, com os resultados reconhecidos no período.
- Instrumentos derivativos:
 - ✓ Os instrumentos derivativos, especificamente *swaps* de taxa de câmbio e commodities, são utilizados para proteger o custo de aquisição do óleo diesel importado contra a volatilidade do mercado;

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- ✓ São classificados como *hedge* de valor justo, visando transformar o custo do produto importado de fixo para variável, alinhando-o com a dinâmica de preços das vendas;
- ✓ Os valores referentes a esses instrumentos derivativos estão demonstrados em linha específica dentro do quadro de caixa e equivalentes de caixa, para maior transparência.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No país	151.948	176.376	130.984	154.960
Partes relacionadas (Nota 10)	32.926	29.566	32.926	29.566
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(29)	(40)	(29)	(40)
	<u>184.845</u>	<u>205.902</u>	<u>163.881</u>	<u>184.486</u>
Circulante	157.092	178.161	136.128	156.745
Não circulante (i)	27.782	27.782	27.782	27.782
	<u>184.874</u>	<u>205.942</u>	<u>163.910</u>	<u>184.526</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Royal Fic e a Destilaria de Alcool Libra Ltda. firmaram um instrumento de comum acordo, uma "confissão de dívida", no valor de R\$ 28 milhões. Este montante era referente a operações de permuta (faturamento de diesel em troca de etanol) e adiantamentos realizados pela Royal Fic à Libra, com expectativa de recebimento em etanol. O prazo para pagamento foi estabelecido em 4 anos, com parcelas a partir de janeiro de 2020.

Em janeiro de 2021, houve uma tentativa de renegociação com a Libra, mas até 31 de dezembro de 2023, o saldo permaneceu inalterado, caracterizando inadimplência.

A situação tomou um novo rumo com a recuperação judicial da Libra, iniciada em 27 de novembro de 2023. O crédito da Royal Fic foi inicialmente excluído do processo de recuperação por falta de comprovação da entrega das mercadorias que originaram a dívida.

Assessores jurídicos orientaram a Royal Fic a ingressar com uma ação de execução contra a Libra e seus sócios. A execução contra a Libra foi suspensa devido à sua recuperação judicial, mas a ação contra os sócios prossegue.

A exclusão do crédito da recuperação judicial da Libra permitiu à Royal Fic iniciar uma ação de execução direta contra a Libra e seus sócios. A ação contra a Libra está suspensa, mas a execução contra os sócios está em andamento. A confissão de dívida garante a validade da execução, e a busca por bens dos sócios já foi iniciada, aumentando as perspectivas de recuperação do crédito.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo a vencer	111.206	133.446	111.206	133.446
Vencidas				
De 1 à 30 dias	(5.804)	3.451	(5.804)	3.451
De 31 à 90 dias	3.780	2.737	3.780	2.737
Acima de 90 dias	75.663	66.269	54.699	44.853
	<u>184.845</u>	<u>205.903</u>	<u>163.881</u>	<u>184.487</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de cinco dias.

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa baseada na correlação do histórico da Receita Bruta com as perdas lançadas nos últimos 3 anos, essa média é aplicada ao saldo dos clientes a receber na data base do fechamento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	(40)	(68)	(40)	(68)
Reversões de provisões	11	28	11	28
Constituição de provisões	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	<u>(29)</u>	<u>(40)</u>	<u>(29)</u>	<u>(40)</u>

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Gasolina	35.786	34.789	35.786	34.789
Biodiesel	24.817	-	24.817	13
Etanol anidro	9.313	9.078	9.313	9.078
Etanol hidratado	1.833	2.747	1.833	2.747
Oléo Diesel	260.151	405.396	260.151	405.396
Aditivos e outros	1.502	1.222	1.502	1.222
Estoque em Poder de Terceiro	1.824	3.498	1.824	3.498
	<u>335.226</u>	<u>456.729</u>	<u>335.226</u>	<u>456.742</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recuperar (i)	34.925	37.613	34.925	37.618
Crédito de exclusão ICMS Base do PIS e COFINS (ii)	15.458	35.916	15.458	35.916
PIS e COFINS a recuperar	47.367	38.516	47.369	38.516
IR e CS a recuperar	5.838	5.838	5.838	5.838
Créditos Previdenciários	10.859	-	10.859	-
	114.446	117.883	114.448	117.888
Circulante	100.772	104.209	100.774	104.214
Não circulante	13.675	13.675	13.675	13.675
	114.446	117.883	114.448	117.888

- (i) O ICMS a recuperar apresentado é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica; e
- (ii) Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base cálculo do Programa Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

Em abril de 2019 a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018. Neste sentido, a Administração da Companhia optou por reconhecer contabilmente o referido ganho e as compensações desde o exercício de 2022, no entanto, sem considerar os demais efeitos, inclusive tributários sem a devida habilitação da Receita Federal do Brasil (RFB). As compensações dos referidos créditos foram para liquidar os débitos correntes de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e da COFINS, sendo o montante de R\$ 69.460 mil durante o exercício de 2022. Como desdobramento, a Companhia obteve durante o exercício de 2023 a habilitação pela RFB dos referidos créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS no montante de R\$ 198.025 mil, e considerando que já havia reconhecido o montante de R\$ 69.460 mil em 2022, reconheceu o residual no montante de R\$ 128.565 mil em 2023. O saldo a compensar desses créditos é de R\$ 35.916 mil em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 15.458 mil em 31 de dezembro de 2024. A Companhia possui liminar para tributar o crédito apenas na homologação das compensações (PERDCOMPs).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

8. Adiantamentos a fornecedores

A Companhia realiza adiantamentos a fornecedores com o objetivo de assegurar o fornecimento contínuo de combustíveis destinados à revenda. Tais adiantamentos são efetuados a diversos fornecedores, incluindo:

- Usinas: para garantia da aquisição de etanol, assegurando o fornecimento da safra de cana, mediante contratos e negociações específicas.
- Petrobras S.A.: para aquisição de gasolina, diesel S10 e S500.
- Fornecedores internacionais: para importação de diesel S10 e S500.

A composição detalhada desses adiantamentos, discriminando os valores por fornecedor e tipo de combustível, é apresentada na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos para:				
Fornecedores de etanol	14.617	9.576	14.617	9.576
Fornecedores de derivados do petróleo	253.889	109.050	253.889	109.050
Fornecedores para distribuidoras	-	1	-	1
Outros	458	2.810	458	2.810
Provisão para perdas com adiantamentos	(410)	(410)	(410)	(410)
	268.554	121.027	268.554	121.027

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente, aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	(410)	(425)	(410)	(425)
Provisões constituídas	-	-	-	-
Reversão de Provisão	-	15	-	15
Em 31 de dezembro	(410)	(410)	(410)	(410)

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Antecipadas Seguros (i)	3.020	1.996	3.020	1.996
Consórcios	2.841	2.495	2.841	2.495
Outros (ii)	11.177	1.138	11.177	1.138
	17.037	5.628	17.037	5.628
Circulante	14.037	2.974	14.037	2.974
Não circulante	3.000	2.655	3.000	2.655
	17.037	5.628	17.037	5.628

- (i) Em 2024, a Companhia manteve as contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16.

A Companhia impetrou Mandado de Segurança com a finalidade de suspender a exigência do adicional de 2% na alíquota do ICMS destinado ao fundo PROTEGE, instituído no Estado de Goiás. Em 2021, foi negado um pedido de levantamento de depósito judicial realizado pela empresa, o que resultou na suspensão dos pagamentos referentes a esse tributo. A Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) havia previsto utilizar o valor depositado, no montante de R\$ 6.844, para compensar débitos tributários pendentes da empresa com o estado. Em 2024, a Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) do Estado de Goiás, o qual oferece benefícios e descontos para a regularização de débitos tributários. Com a adesão ao programa, a empresa requereu o levantamento do depósito judicial, agora atualizado para R\$ 9.048, valor este que foi deferido pela Secretaria de Estado, pela liquidação do débito.

10. Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo</u>				
<u>Contas a receber (Nota 5):</u>				
Petroviário Transportes Ltda.	20.964	21.416	21.416	21.416
Cassaró & Nogueira Ltda.	5.296	3.746	3.746	3.746
Magnum Auto Posto Ltda.	2.195	1.922	1.922	1.922
Posto Imbirussu Ltda.	4.437	2.481	2.481	2.481
Fic On Serviços de Gestão e Administração Ltda.	33	1	1	1
	32.926	29.566	29.566	29.566
<u>Empréstimos:</u>				
Royal Fic Energia e Renováveis Participações (a)	23.712	22.080	23.712	22.080
Royal Fic Importadora e Exportadora	-	113	-	113
	23.712	22.193	23.712	22.193
Total ativo	56.638	51.759	53.278	51.759

- (a) Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração; e

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 3.475 e (R\$ 2.164 em 2023), e incluem honorários (Diretoria) e *pró-labore* (Presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia e controlada referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social ver fórmula da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	158.085	340.553	158.285	340.628
Imposto de renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	-	-	-	-
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(449)	330	7	109
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Imposto de renda e Contribuição Social corrente:	(38.243)	(67.786)	(38.433)	(67.861)
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos (b)	(10.813)	(2.742)	(10.813)	(2.742)
Alíquota efetiva	-24%	-20%	-24%	-20%

b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa %	31/12/2024		31/12/2023	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	(29)	(10)	(40)	(14)
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedor	34	(410)	(139)	(410)	(139)
Provisão para demandas judiciais	34	(9.929)	(3.376)	(21.790)	(7.409)
Provisão Créditos de descarbonização CBIOS	34	(4.813)	(1.636)	(24.743)	(8.413)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	-	-	-	-
		<u>(15.180)</u>	<u>(5.161)</u>	<u>(46.984)</u>	<u>(15.975)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Movimentação				
Em 1º de janeiro	15.975	18.717	11.647	14.389
Constituição (realização) das operações da Companhia	<u>(10.813)</u>	<u>(2.742)</u>	<u>(6.485)</u>	<u>(2.742)</u>
Em 31 de dezembro	<u>5.162</u>	<u>15.975</u>	<u>5.162</u>	<u>11.647</u>

Efeito no resultado	(10.813)	(2.742)	(6.485)	(2.742)
---------------------	----------	---------	---------	---------

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2024	31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	30.001	-	30.001	15.088	30.001	-	30.001	15.088
Móveis e utensílios	1.806	(1.306)	500	476	1.806	(1.306)	500	476
Máquinas e equipamentos	2.090	(1.485)	605	593	2.277	(1.651)	627	622
Edifícios, benfeitorias e tanques	105.385	(37.710)	67.675	57.437	105.683	(38.008)	67.675	57.437
Equipamentos de informática	4.121	(0)	4.121	212	4.121	(3.843)	278	212
Equipamentos de telefonia	1.139	(3.843)	-	2.704	1.139	(919)	220	195
Veículos (ii)	7.891	(919)	6.972	3.198	8.249	(4.360)	3.889	3.198
Outros bens móveis	2.165	(4.002)	-	1.837	2.165	(1.708)	458	596
Imobilizado em andamento (i)	54.282	-	52.574	20.017	54.282	-	54.282	20.017
	208.881	(50.973)	157.908	97.813	209.724	(51.794)	157.930	97.841

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				31/12/2023	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2024
	31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos	13.779	2.016	(708)	-	15.087	14.913	-	1	30.001
Móveis e utensílios	1.665	54	(8)	-	1.711	130	(42)	7	1.806
Máquinas e equipamentos	1.947	84	-	-	2.031	145	(85)	(1)	2.090
Edifícios, benfeitorias e tanques	86.066	817	(4)	4.333	91.212	1.093	(1.009)	14.090	105.385
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	(1.146)	-
Equipamentos de informática	3.011	97	(201)	-	2.907	123	(82)	1.173	4.121
Equipamentos de telefonia	998	211	-	-	1.209	96	-	(166)	1.139
Veículos	4.702	3.378	(702)	-	7.378	1.636	(1.161)	40	7.892
Outros bens móveis	2.140	-	-	-	2.140	-	(111)	136	2.165
Imobilizado em andamento (i)	8.971	15.380	-	(4.333)	20.018	48.540	(4)	(14.272)	54.282
	124.425	22.037	(1.623)	-	144.839	66.675	(2.493)	(139)	208.882
Depreciação	(39.247)	(8.694)	915	-	(47.026)	(6.162)	2.216	-	(50.973)
Valor residual	85.177	13.343	(708)	-	97.812	60.513	(277)	(139)	157.908

	Consolidado				31/12/2023	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2024
	31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências					
Terrenos	13.779	2.016	(708)	-	15.087	14.913	-	1	30.001
Móveis e utensílios	1.665	54	(8)	-	1.711	130	(42)	7	1.806
Máquinas e equipamentos	2.131	84	-	-	2.215	145	(85)	2	2.277
Edifícios, benfeitorias e tanques	86.364	817	(4)	4.333	91.510	1.093	(1.009)	14.091	105.685
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	4.149	97	(201)	-	4.045	123	(82)	36	4.122
Equipamentos de telefonia	830	211	-	-	1.041	96	-	-	1.137
Veículos	6.203	3.378	(1.104)	-	8.477	1.636	(1.863)	-	8.249
Outros bens móveis	2.281	-	-	-	2.281	-	(111)	(5)	2.165
Imobilizado em andamento (i)	8.971	15.380	-	(4.333)	20.018	48.540	(4)	(14.271)	54.283
	126.373	22.037	(2.025)	-	146.385	66.675	(3.196)	(140)	209.724
Depreciação	(40.814)	(9.004)	1.275	-	(48.543)	(6.170)	2.920	-	(51.793)
Valor residual	85.557	13.033	(750)	-	97.841	60.505	(276)	(140)	157.930

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- (i) A variação significativa na linha de ativo imobilizado em andamento reflete os investimentos estratégicos da Companhia em expansão e modernização de sua infraestrutura produtiva. Os principais projetos em andamento incluem a construção da nova planta em Luís Eduardo Magalhães/BA, projeto que representa um marco importante para a Companhia, visando aumentar a capacidade produtiva e atender à crescente demanda do mercado. A conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2025. Início da construção da nova planta em Birigui/SP, este investimento tem como objetivo fortalecer a presença da Companhia na região Sudeste, ampliando a capacidade de produção e otimizando a logística de distribuição. Ampliação da capacidade das filiais de Paulínia/SP e Betim/MG visando modernizar e expandir as instalações existentes, aumentando a eficiência operacional e a capacidade de resposta às demandas do mercado. Estes projetos em andamento demonstram o compromisso da Companhia com o crescimento sustentável e a busca contínua pela excelência operacional.

Taxas de depreciação e vidas úteis

A Companhia contratou peritos independentes para rever a vida útil de seu ativo imobilizado em 2024, e por não haver mudança significativa nas vidas úteis apuradas a Companhia, manteve as taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
	<u> </u>	<u> </u>
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

Em junho de 2019, a Companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da Companhia ASADIESEL, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Adicionalmente, apesar do pagamento final dos parcelamentos em questão terem sido finalizados em maio de 2023. Em setembro de 2024 foi aceito junto a PGFN a renovação do seguro garantia e a Companhia ainda aguarda a validação e arquivamento do Termo de Negócio Jurídico Processual por parte da PGFN para liberação das garantias.

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	2,50% a 3,15%	2024	418.693	172.434	418.693	172.425
Fornecedores - convênio			14.677	63.739	14.677	63.739
Outros			62	68	62	68
			<u>433.432</u>	<u>236.241</u>	<u>433.432</u>	<u>236.232</u>
Circulante e não circulante			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			395.773	232.222	395.773	232.213
Não circulante			37.659	4.019	37.659	4.019
			<u>433.432</u>	<u>236.241</u>	<u>433.432</u>	<u>236.232</u>

Em 2024, a Companhia recorreu a diversas modalidades de empréstimos e financiamentos para otimizar o fluxo de caixa e financiar suas operações. As principais categorias e condições foram Risco Sacado, concentradas com a Petrobrás, por meio dos bancos Santander e BTG Pactual com Taxas de juros que variaram entre 1,04% a.m. e 1,15% a.m. e prazo de 30 dias. Operações de Curto Prazo (4131, CDCA, NC) que representaram a maior parte das contratações, visando atender às necessidades de pagamentos antecipados de importações, com taxa de juros pré-fixadas variando entre 1,09% a.m. e 1,33% a.m. e pós-fixadas: CDI + 0,28% a.m. com prazo máximo: 120 dias.

Essas operações foram essenciais para garantir o fluxo de caixa necessário para as importações, aproveitando as condições favoráveis do mercado de curto prazo.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial, em casos de inadimplências, entretanto a Companhia está adimplente com as cláusulas em 31 de dezembro de 2024. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("*covenants*") da Companhia:

- i. Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 dias;
- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco;
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista; e
- iv. Mudança de quadro societário sem comunicação prévia.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de produtos para revenda	59.962	193.892	59.929	193.859
Fornecedores de serviços de transportes	13.171	12.454	13.217	12.500
Outros	6.110	5.833	6.110	5.833
	79.243	212.179	79.256	212.192

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos correntes:				
ICMS ST a recolher	2.089	2.283	2.089	2.283
ICMS próprio a recolher	4.492	11.176	4.492	11.187
Impostos sobre operações financeiras (i)	8.301	-	8.301	-
Outros	1.605	1.358	1.605	1.358
	<u>16.488</u>	<u>14.817</u>	<u>16.488</u>	<u>14.828</u>
Pis a recolher	-	-	-	1
Cofins a recolher	-	-	-	6
Imposto de renda	4.597	3.260	5.116	3.260
Contribuição social	1.697	1.178	1.178	1.178
	<u>6.294</u>	<u>4.438</u>	<u>6.294</u>	<u>4.446</u>
Total impostos correntes	<u>22.782</u>	<u>19.255</u>	<u>22.782</u>	<u>19.274</u>
Parcelamentos:				
Parcelamento - REFIS PERT	19.297	24.898	19.511	25.150
Parcelamentos Federais	7.110	689	7.110	689
Parcelamentos Federais (ii)	26.407	25.587	26.621	25.839
Parcelamento Especial ICMS - SP	1.504	461	1.531	486
Parcelamentos Estaduais	1.504	461	1.531	486
Total de parcelamentos	<u>27.911</u>	<u>26.048</u>	<u>28.152</u>	<u>26.326</u>
Total Geral	<u>50.693</u>	<u>45.303</u>	<u>50.934</u>	<u>45.600</u>
Circulante	32.157	25.552	32.205	25.616
Não circulante	18.536	19.752	18.729	19.984
	<u>50.693</u>	<u>45.304</u>	<u>50.934</u>	<u>45.600</u>

- (i) A Companhia recebeu dois autos de infração referentes ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de mútuo com partes relacionadas, nos anos de 2017 e 2019. Tais autuações foram emitidas em decorrência de recente decisão de repercussão geral proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) Tema 104, que alterou o entendimento sobre a incidência do IOF nessas operações.

A Companhia apresentou impugnação administrativa contra os referidos autos de infração, buscando a revisão das autuações. No entanto, em virtude da decisão de repercussão geral, a Companhia reconhece a alta probabilidade de que os autos de infração sejam mantidos, resultando na necessidade de pagamento dos valores autuados

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(ii) Movimentação dos parcelamentos federais:

Controladora					
Modalidade Original	Migração	31/12/2023	Pagamentos	Entrada	o 31/12/2024
Pert PGFN Royal Fic / (a)		9.497	(2.136)	-	7.361
Pert PGFN Asadiesel / (a)	Parc.Excepcional Royal Fic	15.401	(3.465)	-	11.936
Parcelamento Retidos / (b)		689	(689)	(1.444)	7.110
Total		25.587	(6.290)	(1.444)	26.407

Consolidado					
Modalidade Original	Migração	31/12/2023	Pagamentos	Entrada	o 31/12/2024
Pert PGFN Royal Fic / (a)		9.652	(2.152)	-	7.500
Pert PGFN Asadiesel / (a)	Parc.Excepcional Royal Fic	15.368	(3.459)	-	11.909
Parcelamento Retidos / (b)		689	(689)	(1.444)	7.110
Parcelamento PERT III - Petroviário		130	(28)		102
Total		25.839	(6.328)	(1.444)	26.621

(a) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 27 de outubro de 2017, a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017. Nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como foram incluídos os débitos da Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Tal Companhia, embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não se apresenta incorporada na referida autoridade tributária, cujo montante apresentado é R\$ 191.809.

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, em que a Companhia, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários; o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Em outubro de 2018, foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, em que o saldo devedor, no montante de R\$ 55.876 mil, foi enquadrado na modalidade do item I - artigo 2º lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20%, representada pelo montante de R\$ 11.175 mil, foi amortizada do total da dívida, e o saldo remanescente de R\$ 44.701 mil foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

Para a Companhia Asadiesel Petróleo Ltda., no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela Lei n.º 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

Em junho de 2019, a Companhia reparcelou os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da Companhia incorporada Asadiesel, desmembrando o parcelamento do PERT. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547 mil.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Em novembro de 2020, os débitos até então denominados PERT Asadiesel passa por nova negociação onde foi reconstituído em 84 parcelas, com desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 6.981, com a denominação de Transação Excepcional PGFN. Dessa forma, o montante remanescente da dívida é de R\$ 39.361 mil, sendo, R\$ 13.462 mil PERT Royal Fic e R\$ 25.898 mil Transação Excepcional.

Em 2023, a Companhia manteve-se adimplente junto a PGFN, realizando os pagamentos das parcelas devidas, ficando com o montante remanescente da dívida em R\$ 24.898, sendo R\$ 9.497 PERT Royal Fic e R\$ 15.401 Transação Excepcional.

Em 2024, a Companhia manteve-se adimplente junto a PGFN, realizando os pagamentos das parcelas devidas, ficando com o montante remanescente da dívida em R\$ 19.297, sendo R\$ 7.361 PERT Royal Fic e R\$ 11.936 Transação Excepcional.

A companhia constituiu um novo parcelamento referente a IR_CSLL 2018 processo 16682-720.706/2021-32 em 36 parcelas.

- (b) Em decorrência do cenário da Pandemia da Covid-19, a Companhia se utilizou da medida da RFB que proporcionou o adiamento dos recolhimentos dos tributos nas competências entre fevereiro e junho de 2020, concedendo posteriormente a possibilidade de a dívida ser transformada em um parcelamento Simplificado/Ordinário, cujo valor foi dividido em 60 parcelas, constituídos da seguinte forma:

- IRRF/ CSRF de março a junho de 2020 - no montante de R\$ 595 mil; e
- INSS - Patronal, Segurados e Terceiros de fevereiro a junho/2020 - no montante de R\$ 1.705 mil.

Em 2024, o parcelamento com o montante remanescente da dívida dos Impostos retidos de R\$ 689 mil foi quitado.

Fluxo de pagamento Consolidado para os próximos anos

Ano	R\$
2025	8.943
2026	8.657
2027	5.625
2028	1.469
2029	1.469
2030	244
TOTAL	26.407

* Sem atualização de SELIC

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

17. Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CBIOS a Pagar	132.205	50.970	132.205	50.970
Total CBIOS a Pagar	132.205	50.970	132.205	50.970

Meta CBIOS a Pagar:

Companhia está sujeita à obrigação anual de descarbonização estabelecida pela Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.888/2019 e pela Portaria nº 419/2019 do Ministério de Minas e Energia.

Essa obrigação é registrada na rubrica "Meta CBIOS a pagar", proporcionalmente às metas anuais fixadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O valor é determinado pelo custo médio de aquisição dos créditos adquiridos e pelo valor justo dos créditos negociados na B3 na data de fechamento, para os créditos a serem adquiridos.

Metas e Discussão Judicial:

2022 e 2023: A Companhia, com base em pareceres jurídicos e laudos técnicos, incluindo análises do Tribunal de Contas da União (TCU), identificou que o valor dos CBIOS para as metas de 2022 (414.391 CBIOS) e 2023 (406.382 CBIOS) estava significativamente acima de sua precificação adequada, devido à falta de regulação de mercado.

Ação Judicial e Liminar: Diante desse cenário, a Administração da Companhia impetrou mandado de segurança para discutir as métricas de cálculo dessa obrigação. Em 28 de setembro de 2023, foi realizado depósito judicial de R\$ 18.837 mil, com base em laudos técnicos e pareceres jurídicos, visando discutir judicialmente o preço unitário do CBIO e sua legalidade para as metas de 2022 e 2023.

A Companhia obteve liminar para que o valor depositado em juízo seja considerado para o cumprimento das metas de descarbonização, enquanto se discute judicialmente o valor unitário do CBIO.

Meta de 2024: Para o ano de 2024, a meta de descarbonização da Companhia é de 569.407 CBIOS. Assim como nos anos anteriores, a companhia também obteve liminar para que o valor discutido judicialmente seja considerado para o cumprimento das metas de descarbonização de 2024.

Para garantir o cumprimento da meta de 2024, e devido a discussão judicial, a Administração da Companhia optou por apresentar um seguro garantia.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia segue acompanhando atentamente a evolução do processo judicial e as regulamentações do mercado de CBIOS.

18. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício 31/12/2024	Resultado do exercício 31/12/2023
Em 31 de dezembro de 2024 Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	104	21.366	459	(222)
			21.175	456	(222)
Em 31 de dezembro de 2023 Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	129	21.825	(222)	(222)
			21.725	(222)	

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, baseada na opinião de seus assessores legais, que julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora								
	31/12/2022	Movimento			31/12/2023	Movimento			31/12/2024
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
Tributário outros (i)	2.019	11.321	-	-	13.340	1.145	(13.244)	1.241	
Cíveis e ANP (ii)	969	34	(659)	-	344	387	(62)	670	
Trabalhistas (iii)	5.288	3.124	(307)	-	8.105	4.414	(4.501)	8.018	
	8.276	14.479	(966)	-	21.790	5.945	(17.807)	9.929	
	Consolidado								
	31/12/2022	Movimento			31/12/2023	Movimento			31/12/2024
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
Tributário outros (i)	2.019	11.321	-	-	13.340	1.145	(13.244)	1.241	
Cíveis e ANP (ii)	974	252	(662)	-	564	444	(94)	914	
Trabalhistas (iii)	5.288	3.124	(307)	-	8.105	4.414	(4.501)	8.018	
	8.281	14.697	(969)	-	22.009	6.002	(17.839)	10.172	

- (i) Assuntos tributários: referem-se à processos em exigibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo;
- (ii) Assuntos cíveis e ANP: referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo; e
- (iii) Assuntos trabalhistas: as principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

A Companhia é parte em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 99.603 (R\$ 26.018 em 2023);
- Trabalhistas: R\$ 5.909 (R\$ 8.609 em 2023);
- Cíveis: R\$ 25.563 (R\$ 19.058 em 2023).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueios e depósitos judiciais (i)	22.176	20.690	22.252	20.766
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege (ii)	-	6.844	-	6.844
	22.176	27.534	22.252	27.610

- (i) Depósitos e bloqueios judiciais de origem trabalhistas, tributárias e Renovabio, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.
- (ii) A Companhia impetrou mandado de segurança com o objetivo de contestar a exigência do recolhimento do adicional de 2% sobre a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinado ao fundo PROTEGE no estado de Goiás.

Em 2021, o pedido de levantamento do depósito judicial realizado pela Companhia foi indeferido. Como consequência, a Companhia suspendeu os recolhimentos do referido adicional. Em 2024, a empresa aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) do Estado de Goiás, o qual oferece benefícios e descontos para a regularização de débitos tributários. Com a adesão ao programa, a empresa requereu o levantamento do depósito judicial, agora atualizado para R\$ 9.048, valor este que foi deferido pela Secretaria de Estado, pela liquidação do débito, o valor do depósito judicial foi reclassificado para o ativo circulante, na conta "Outros Créditos", visto que o recebimento dos valores é considerado provável e iminente.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, ter impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. Nessa avaliação a Administração considerou a análise dos processos judiciais em andamento e das decisões judiciais favoráveis à Companhia em matéria tributária, levando em conta as mudanças legislativas e jurisprudenciais ocorridas ao longo de 2024.

A Administração monitora continuamente as decisões do STF e as alterações na legislação tributária para avaliar possíveis impactos futuros nas demonstrações contábeis da Companhia, mantendo-se atualizada sobre as mais recentes interpretações e aplicações da coisa julgada em matéria tributária.

É importante ressaltar que o STF, em recentes decisões, também tratou sobre a modulação dos efeitos da decisão sobre os limites da coisa julgada tributária, e que a companhia se mantém atenta a tais modulações.

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 150.000.000,00(cinquenta milhões de reais), dividido em 137.323.993(cento e trinta e sete milhões, trezentas e vinte e três mil, novecentas e noventa e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	149.985.000	49.995
Édio Nogueira	<u>15.000</u>	<u>5</u>
	<u>150.000.000</u>	<u>50.000</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Em 24 de junho de 2024, foi realizada a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP) protocolo nº 0.989.755/24-1, que aprovou o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$ 50.000 milhões para R\$ 150.000 milhões, mediante a capitalização de lucros acumulados no valor de R\$ 100.000 milhões, sem a emissão de novas ações, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei 6.404/76.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social não prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos iniciais do exercício	85.823	17.342
(+) Complemento de dividendos do exercício aprovado	68.999	111.947
(+) Dividendos mínimo obrigatório	25.894	65.293
(-) Pagamentos / outras movimentações	(94.660)	(108.759)
	<u>86.056</u>	<u>85.823</u>

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	109.029	272.767
Constituição da Reserva Legal	(5.451)	(8.852)
	<u>103.577</u>	<u>263.915</u>
(x) Percentual definido na 6.404/76	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	25.894	65.979
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u>25.894</u>	<u>65.979</u>

Em 08 de outubro de 2024, foi realizada a Ata de assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP), protocolo nº 2.541.824/24-5, que aprovou a distribuição de dividendos provenientes do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 270.025.000,00 (duzentos e setenta milhões e vinte e cinco mil reais), da seguinte forma: R\$ 8.852.000,00 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais), foram destinados, a Reserva Legal da Companhia, nos termos do art.193 da Lei das S.A., R\$ 65.293.000,00 (sessenta e cinco milhões, duzentos e noventa e três mil reais), foram distribuídos como dividendos mínimos na proporção detida por cada um dos acionistas no capital social da Companhia, e R\$ 195.880.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e oitenta mil reais), foram destinados à Reserva de Lucros da Companhia.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a Ata de assembleia geral extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP), protocolo nº 2.907.663/24-0, que aprovou a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia, no valor de R\$ 29.600.000,00 (vinte e nove milhões e seiscentos mil reais), devidamente apurados em balanço patrimonial da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os quais serão integralmente distribuídos, com expressa aprovação da totalidade dos demais acionistas, a acionista EN Administração e Participações S.A.

21. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta				
Gasolina	2.336.657	2.553.618	2.336.657	2.553.618
Diesel	8.459.813	6.316.462	8.459.813	6.315.860
Etanol	675.474	310.621	675.474	310.621
Armazenagem	14.290	21.510	14.290	21.510
	11.486.233	9.202.211	11.486.234	9.201.609
Impostos sobre vendas	(115.499)	(56.620)	(115.505)	(56.888)
Devoluções	(31.690)	(20.398)	(31.690)	(20.398)
Receita operacional líquida	11.339.044	9.125.193	11.339.039	9.124.322

Em 2024, a Companhia registrou um aumento significativo na receita operacional, impulsionado principalmente pelo crescimento nas vendas de diesel e etanol. Esse aumento foi resultado direto do aumento das importações, que permitiram à Companhia atender à forte demanda do mercado nacional. O cenário de mercado foi influenciado por fatores como a política de preços da Petrobras, a variação do dólar, mudanças na tributação de combustíveis e a demanda interna aquecida, especialmente nos setores de transporte e agrícola. A Companhia acompanhou de perto as tendências do mercado, otimizando suas operações e aproveitando as oportunidades de crescimento geradas pelas importações.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

22. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Gasolina	(2.237.672)	(2.435.876)	(2.237.672)	(2.435.876)
Diesel	(8.059.698)	(5.910.440)	(8.059.711)	(5.910.507)
Etanol	(508.808)	(254.721)	(508.808)	(254.721)
Despesas com fretes	(192.791)	(135.362)	(192.791)	(135.362)
Credito de Descarbonização (CBIOS) (i)	(58.568)	(58.133)	(58.568)	(58.133)
Despesas com pessoal	(49.201)	(41.660)	(49.198)	(41.761)
Depreciação e amortização	(6.489)	(5.731)	(6.497)	(5.743)
Consultoria e assessoria	(3.304)	(2.430)	(3.304)	(2.430)
Serviços prestados	(3.441)	(2.232)	(3.409)	(2.232)
Despesas com aluguéis	(477)	(483)	(477)	(483)
Comissão sobre vendas	(4.895)	(5.553)	(4.895)	(5.553)
Despesas com vendas	(3.389)	(2.576)	(3.390)	(2.576)
Despesas com processos	(28.218)	(7.763)	(28.236)	(8.008)
Despesas com seguros	(816)	(847)	(914)	(1.035)
Licenciamento de software	(1.934)	(1.747)	(1.934)	(1.747)
Despesas administrativas	(13.540)	(13.584)	(13.617)	(12.356)
Outros	(5)	(31)	(5)	(31)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(184)	(5.488)	(184)	(5.488)
	(11.173.431)	(8.884.656)	(11.173.611)	(8.884.043)
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(11.054.974)	(8.788.807)	(11.055.028)	(8.787.633)
Despesas com vendas	(8.469)	(13.616)	(8.469)	(13.616)
Despesas administrativas e gerais	(109.989)	(82.233)	(110.114)	(82.794)
	(11.173.431)	(8.884.656)	(11.173.611)	(8.884.043)

- (i) A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2023, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 406.382 CBIOS. Para 2024 a meta é de 569.407.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	-	(57)	(213)
Provisão para perdas com adiantamentos	8.436	(15.419)	8.436	(15.419)
Resultado na venda de imobilizados	3.467	(188)	4.384	211
Sinistros e roubos de cargas	451	(204)	451	(204)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	15.061	29.562	15.060	29.760
Crédito da exclusão do ICMS sobre a Base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-
	<u>27.415</u>	<u>13.751</u>	<u>28.275</u>	<u>14.135</u>

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	3.213	2.592	3.218	2.662
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.375	1.124	3.375	1.124
Outras	<u>26.026</u>	<u>138.272</u>	<u>26.027</u>	<u>138.274</u>
	<u>32.615</u>	<u>141.988</u>	<u>32.620</u>	<u>142.060</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(46.630)	(28.924)	(46.630)	(28.929)
Juros provisionados e não pagos	(3.131)	(2.277)	(3.131)	(2.277)
Despesas com IOF	-	(25)	-	(25)
Outras despesas financeiras	<u>(15.713)</u>	<u>(21.007)</u>	<u>(15.724)</u>	<u>(21.018)</u>
	<u>(65.473)</u>	<u>(52.232)</u>	<u>(65.485)</u>	<u>(52.249)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS	<u>(2.534)</u>	<u>(3.268)</u>	<u>(2.553)</u>	<u>(3.379)</u>
	<u>(2.534)</u>	<u>(3.268)</u>	<u>(2.553)</u>	<u>(3.379)</u>
	<u>(35.392)</u>	<u>86.487</u>	<u>(35.418)</u>	<u>86.432</u>

25. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás, cuja vigência contratual é de 1º de setembro de 2024 a 30 de novembro de 2025. As condições contratuais que a Companhia já tinha com este fornecedor se mantiveram para o exercício de 2025, que consistem na obrigação de retirar mensalmente 95% do volume contratado; caso isso não ocorra, haverá uma multa de R\$ 70,00 (setenta reais) por metro cúbico não retirado.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto com vigência até 30 de abril de 2025.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuem cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O montante de risco declarado das bases é de R\$ 318.300 milhões.

A Companhia e sua controlada não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores independentes.